

# Junta de Freguesia

# SANTA CLARA



Ata número 24

12ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia

(realizada no dia 11 de dezembro de 2020)





1 ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA  
2  
3 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA  
4  
5 REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2020  
6

7 **ATA NÚMERO VINTE E QUATRO**  
8  
9

10 No dia 11 de Dezembro de 2020, reuniu nas instalações da Junta de Freguesia, sito no Campo das  
11 Amoreiras, a Assembleia de Freguesia de Santa Clara, sob a presidência do seu presidente,  
12 Amândio António Almeida da Silva, coadjuvado por Maria Adelaide Ferreira Polónio, Primeira  
13 Secretária e Maria de Fátima da Cruz Alves Ferreira, Segundo Secretário.

14 Assinaram a lista de presenças, para além dos mencionados, os seguintes membros da assembleia:  
15 Pedro Castelão de Almeida Sousa Matias, Mauro Fernandes da Meta Fone Wah, Maria Fernanda  
16 Ribeiro Simões, Jácome Graçoeiro Dantas, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, António Moreira  
17 da Fonte, Paulo César Lopes Ribeiro, Gonçalo Nuno Santos Fonseca, Ricardo Luís Correia  
18 Martins de Barros Duarte, Francisco Fragoso Laplaine Guimarães. Às 21h00, constatada a  
19 existência de *quorum*, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.

20 Constava da convocatória a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

- 21 A) Período de intervenção do público;  
22 B) Período antes da ordem do dia  
23 C) Ordem do Dia:  
24 1. Discussão e votação da ata número 23 da Assembleia;  
25 2. Apresentação, discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e  
26 Orçamento para 2021;  
27 3. Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal;  
28 4. Apresentação, discussão e votação da Proposta de Compromissos Plurianuais;  
29 5. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente da Junta de 01/09 a  
30 30/11 de 2020 e Informação da Situação Financeira de 01/01 a 31/10 de 2020;  
31 6. Apresentação e votação da ata em minuta referente às deliberações tomadas.

32 **Presidente da Assembleia** Iniciou a sessão. Informou que os membros do PS Elza Maria Pereira  
33 Morais Nunes da Fonseca, Luís Henrique Aleluia Sande e Silva, Miguel Alexandre Cardoso  
34 Oliveira Teixeira e Sara Margarida Ferreira Madeira pediram substituição e foram substituídos  
35 por Pedro Castelão de Almeida Sousa Matias, Mauro Fernandes da Meta Fone Wah, Maria  
36 Fernanda Ribeiro Simões e Maria Adelaide Ferreira Polónio. Deu a palavra ao Sr. Francisco  
37 Guimarães.

38 **Francisco Guimarães** Informou que o Governo pediu para que todas as reuniões sejam realizadas  
39 de forma digital e online, e uma vez que haviam assembleias de freguesia a serem realizadas  
40 online, no entender do CDS-PP, durante o estado de emergência esta assembleia também haveria  
41 de ser realizada online, e por isso pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que a reunião acabasse à  
42 hora do recolher obrigatório, às 23,00 horas

43 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

44 **Paulo Ribeiro** Fazia suas as palavras proferidas pelo membro do CDS-PP, pois todas as  
45 assembleias de Freguesia estavam a fazer as suas sessões pelo Zoom, só esta freguesia é que  
46 continuava parada no tempo, porque não se justificava a presença dos membros em exercício com  
47 um recolher obrigatório em vigor a partir das 23:00, informou que a partir das 23:00 iria sair desta  
48 sessão para não infringir a lei, e por isso pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que terminasse a  
49 reunião às 23:00 para evitar que os próprios membros dos CSC abandonem os trabalhos a essa  
50 hora, não percebia a necessidade da reunião ser presencial e parafraseando o que foi dito pelo  
51 membro do CDS-PP, para que a lei seja cumprida, às 23:00 os presentes tinham que estar em casa.

52 **Presidente da Assembleia** Deu início ao Período de intervenção do público. Deu a palavra ao Sr.  
53 José Henriques.

54 **José Henriques** Anunciou que tinha a honra de apresentar na Assembleia os atletas do Centro de  
55 Atletismo das Galinheiras que se sagraram campeões da Europa na Madeira; falando primeiro

Handwritten marks and signature in the top right corner.

56 como morador do bairro das Galinheiras, era sabido que era um crítico sobre as Galinheiras, mas  
57 na altura da presente sessão, como estava tudo mais ou menos bem, não valia a pena estar-se a  
58 perder tempo sobre esse assunto; sobre os atletas, havia uma que não podia vir que era a Arlete  
59 Mendes, porque o filho era enfermeiro, veio de França para trabalhar em Portugal e segundo se  
60 tinha constado, estava com Covid-19 e por isso estava tudo em confinamento, afirmou que havia  
61 muita gente que dizia que os atletas do Centro andavam a passear à conta da Junta de Freguesia,  
62 o que não era verdade, da facto a Junta apoiava mas os próprios faziam um grande esforço quando  
63 participavam pela Freguesia, pelo Clube e pelo país, a medalha que trazia de campeão de Portugal  
64 de pista coberta dos 80 aos 84 anos era a prova disso, na prova ao ar livre não pôde participar  
65 porque nessa noite estava internado no hospital de Santa Maria, a Arlete Mendes foi campeã dos  
66 3000 metros de pista coberta e 3000 metros e 5000 metros de pista ao ar livre, iria começar pela  
67 atleta mais nova, a Felicidade Rosa e seria a própria a dizer o que ganhou.

68 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Felicidade Rosa.

69 **Felicidade Rosa** Informou que ganhou três medalhas de ouro no Campeonato da Europa de  
70 Estrada, realizada na Madeira e ganhou uma medalha de ouro no Campeonato Nacional de pista  
71 ao ar livre.

72 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Fátima.

73 **Fátima** Informou que ganhou três medalhas de ouro e uma de prata e que também foi campeã  
74 nacional.

75 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Artur.

76 **Artur** Informou que ficou em 3º lugares nos campeonatos europeus e uma medalha num  
77 campeonato europeu, na ilha da Madeira.

78 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. José Henriques.

79 **José Henriques** Em relação ao Centro de Atletismo das Galinheiras, já tinha em várias ocasiões  
80 que o seu tempo estava a chegar ao fim, mais uma vez lhes foi trancada do Centro e tinha dito à  
81 pessoa que era bom uma pessoa respeitar para ser respeitada, ao qual veio o proprietário que o  
82 ameaçou de morte e que faria um incêndio, achava que isso era de lamentar, não sabia o que as  
83 entidades responsáveis estavam a fazer e receava que qualquer dia aparecesse numa qualquer  
84 esquina, não queria ser herói depois de morrer mas seria uma pessoa recordada nas Galinheiras e  
85 arredores, achava que toda a gente sabia o que se estava a passar, quando a coletividade se sentia  
86 prejudicada, era o próprio como presidente do Centro de Atletismo das Galinheiras que tinha que  
87 atuar, também queria dizer que neste ano, no Centro, nem tudo foi de feição, o desporto tem  
88 andado bem, mas em relação às obras tinham gasto até Julho cerca de 11 mil euros, de há dois  
89 meses atrás até ao presente momento tiveram um problema no telhado, porque estava a chover  
90 dentro do bar e quando foram verificar, a madeira do telhado estava toda podre e em vez de se  
91 substituir apenas três ou quatro vigas, tiveram que fazer um telhado novo, o que iria custar mais  
92 10 ou 11 mil euros, e tinha dito à pessoa que fez o reparo que nem queria orçamento, que fizesse  
93 o trabalho e que ficasse à consideração da sua consciência, falou com a CML sobre o assunto e a  
94 própria disse que iria apoiar, sobre os atletas, no presente momento, se não tivessem apoio, eles  
95 não tinham nada, a Fátima Costa estava em lay-off, o Artur estava desempregado, a Felicidade  
96 estava a trabalhar, o Centro ajudou naquilo que pôde mas não pode ajudar tudo e também achava  
97 que a Junta apoiou sempre nestas deslocações todas e esperava um pouco mais de apoio no Natal,  
98 porque os próprios honravam sempre a freguesia de Santa Clara, no próximo domingo a oito dias,  
99 iam para os campeonatos de Portugal, em Olhão, esperavam que não fosse cancelado, mas de  
100 qualquer maneira estavam inscritos, era pena que os jovens não quisessem, jovens, mais uma vez  
101 como presidente do Centro e treinador dos atletas desejava um feliz natal e um próspero ano novo.

102 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. José Francisco.

103 **José Francisco** Em nome pessoal e da Associação de Moradores da Torrinha, desejava umas boas  
104 festas e recomendou para que as pessoas se cuidassem, para que os próprios os pudessem cuidar.

105 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Luísa Pires.

106 **Luísa Pires** Mais uma vez vinha fazer referência à Quinta das Lavadeiras, que está mais esquecida  
107 do que toda a freguesia, fazia referência novamente a todas as escadas que circulam na Quinta  
108 das Oliveiras, que continuavam a estar muito degradadas, qualquer dia haveria um desabamento  
109 das próprias, continuava a estar igual, sobre os pilaretes que não foram colocados no passeio  
110 debaixo dos arcos do último prédio na Rua da Quinta das Lavadeiras, houve um dia que viu uma

111 camioneta de carga em cima da estrutura do prédio, se havia pilaretes em todos os sítios da Quinta  
112 das Lavadeiras, porque é que não havia no último prédio depois dos Arcos, entretanto foram lá  
113 por umas tintas mas as tintas desapareceram, os pilaretes que foram colocados no cruzamento  
114 com a Rua do Alto do Chapeleiro estavam a causar o caos, porque os carros não respeitavam e  
115 além de não respeitarem, na semana que passou houve uma situação em que estavam três carros  
116 dos bombeiros, uma ambulância e um carro da polícia, a situação ficou caótica primeiro porque  
117 estavam lá carros mal estacionados e com os pilaretes no meio, os carros não conseguiam dar a  
118 volta, tirou fotografias que depois podia enviar caso o quisessem, sobre a calçada, os passeios  
119 estavam num estado miserável, no sítio de onde foi cortada uma árvore, o passeio só foi arranjado  
120 apenas ao pé da árvore, havia um sítio em que o passeio continuava muito alto, as pessoas  
121 continuavam a cair e queria saber porque é que não foi arranjado o resto do passeio, sobre o  
122 declive entre os prédios no espaço entre a Rua da Quinta das Lavadeiras e a Rua Cidade de Tomar,  
123 os declives estavam em perigo constante devido ao movimento de terras e nada era feito ali, havia  
124 um gradeamento no fundo da Rua Cidade de Tomar, junto a uns caixotes do lixo, e nessa zona há  
125 um perigo grande porque o gradeamento estava danificado e aquilo tinha uma altura de guarda  
126 tão baixa que qualquer criança que fosse lá podia cair, havia uma situação sobre a quantidade de  
127 pombos que lá apareceram e que estavam a fazer danos nas pinturas dos carros porque os pombos  
128 pousavam em cima dos cabos elétricos acima dos carros, aquela zona tinha que ter uma grande  
129 requalificação e até se disponibilizaria para uma manhã ou uma tarde para se verificar todas as  
130 ocorrências da Quinta das Lavadeiras.

131 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

132 **Presidente da Junta** Em resposta ao membro do CDS-PP, o Sr. Francisco Guimarães pelo facto  
133 de estarem a ter uma reunião em vez de ser online, afirmou que a reunião presencialmente era  
134 melhor quando existem condições e pensava que para o número de pessoas presente havia muito  
135 boas condições de funcionamento, se a sala estivesse cheia de pessoas já não poderia ser mas não  
136 era o caso, esperavam que com a evolução da situação lá se possa chegar, o futuro dirá e iriam  
137 acompanhando o que acontecer, mas para essas circunstâncias achavam sinceramente que havia  
138 muito boas condições, pelo menos sentia-se em perfeita segurança, percebia perfeitamente que  
139 houvesse sensibilidades diferentes, era normal, a própria Assembleia Municipal estava a  
140 funcionar às vezes com a presença de algumas pessoas, outras funcionava online, haviam modelos  
141 diversificados consoante as situações, mas também devia dizer que um salão com essa dimensão  
142 não tinha conhecimento que outras juntas de freguesia de Lisboa tivessem mas se tivessem  
143 conhecimento, gostaria de ficar informada, Santa Clara tinha porque criou essas condições e não  
144 havia outra junta de freguesia que as tivesse. Em relação à intervenção do Sr. José Henriques,  
145 antes queria dar ao próprio, a todas as pessoas que o acompanhavam, algumas delas presentes e  
146 outras que fizeram um bom trabalho e não estavam presentes, uns sinceros parabéns, na qualidade  
147 de coordenador, de gestor, de atleta e de impulsionador e às pessoas que estavam no ativo, com  
148 uma prestação tão boa de provas e de medalhas de topo conseguidas a nível internacional, muitas  
149 vezes em vários locais também nacionais, que têm tido excelentes resultados ao longo de vários  
150 anos consecutivos, isso só podia ser porque era um bom e intenso trabalho feito por detrás, eram  
151 dignos de uma salva de palmas e propunha à Assembleia o mesmo, o Sr. José Henriques tinha  
152 afirmado que também tinham dificuldades, tinha toda a razão, era uma questão corrente que todos,  
153 infelizmente estavam com dificuldades e haviam situações de dificuldades enormes, não retirava  
154 a sua razão mas a razão era extensível a muitas outras instituições e pessoas. Em relação ao Sr.  
155 José Francisco da Associação de Moradores da Torrinha, retribuía o seu cumprimento de boas  
156 festas e que o ano de 2021 seja muito melhor do que o ano que passou. Em relação às questões  
157 da Sr. Luísa Pires, que referem especificamente o caso da Quinta das Lavadeiras, a Quinta das  
158 Lavadeiras era uma urbanização muito “sui generis”, infelizmente tinha muitas patologias, muito  
159 mais do que aquelas que gostaria de falar e não gostava sequer de as divulgar muito, porque não  
160 era sequer vantajoso para as pessoas que lá moravam andarem a divulgar muito as patologias da  
161 urbanização, ela existe, estava construída numa montanha inclinada, com uma erosão  
162 extraordinária que se fazia sentir a todos os níveis, nas ruas, nas canalizações, nos passeios, nas  
163 escadas, no desnível que falou dos prédios e da rua, que se ia acentuando cada vez mais, mas tudo  
164 isso eram questões estruturantes, não era nada que a CML não tivesse conhecimento, o grande  
165 erro foi terem autorizado uma construção naquelas circunstâncias, a Junta de Freguesia várias

16  
17  
18

166 vezes tem colocado essas questões à CML e fácil não era de certeza, porque lá tem ido muita  
167 gente da CML, de vários setores e todos eles achavam que havia razão, mas que as dificuldades  
168 eram muito grandes e implicavam um investimento tão grande que não sabia qual seria a solução,  
169 ao nível da Junta de Freguesia não era de certeza, o que era ao nível da Junta de Freguesia era  
170 identificar os problemas, de estarem em consonância com as populações e de os colocar à CML,  
171 e especificamente ao nível da Junta de Freguesia, tinham passado muito do seu tempo na Quinta  
172 das Lavadeiras, tinham feito diversas intervenções nos passeios, nos arruamentos, nos  
173 ajardinamentos, nas podas, tinham aquele espaço da parte da Junta bem cuidado, em relação ao  
174 caso dos pilaretes e de um passeio que estava incompleto junto a uma árvore, encontrava-se  
175 presente o Sr. Gonçalo Azevedo, que era o responsável pelas obras, que iria certamente tomar boa  
176 conta dessa situação, no outro dia estiveram a falar dessa situação, ao qual o Sr. Gonçalo Azevedo  
177 tinha dito que era uma das coisas que tinha intenção de fazer mas que com toda esta chuva acabou  
178 por dificultar essa intervenção, assim como no espaço público, o próprio tinha referido essas  
179 situações há uns dias numa reunião que tiveram na Junta, por isso estava-se a referir aos pilaretes  
180 no último prédio, junto à paragem do autocarro, referia-se aos passeios, que eram da  
181 responsabilidade da Junta, tinha dito que estavam em muito mau estado, o que a própria não  
182 achava, porque há uns dias atrás, passou por lá e não achava que os passeios estivessem em mau  
183 estado, o que estava em causa era terem aquela urbanização ali há quase 40 anos, foi construída  
184 da forma que foi, não foi construída da mesma maneira que outras urbanizações noutros lados  
185 foram construídas, não foi paga porque quem a comprou da mesma maneira que outras também  
186 foram pagas, havia aí toda uma diferença abismal nessas situações todas, em relação ao que era  
187 da competência da Junta eram muitas pequenas coisas, têm feito diversas intervenções na Quinta  
188 das Lavadeiras, era uma situação muito complicada e não era competência da junta resolver esses  
189 problemas, as pequenas coisas que eram da competência da Junta, muitas tinham feito e as outras  
190 estavam identificadas e iriam fazê-las, mas estavam à espera que a meteorologia os permitisse  
191 fazer essas intervenções no espaço público, quanto aos pombos, houve de facto mais pessoas a  
192 falar disso e disseram-lhe que também havia lá pessoas que lhes davam comida e que eram os  
193 próprios responsáveis pelo chamariz dos pombos ao local.

194 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto B da Ordem de Trabalhos - Período antes da ordem  
195 do dia. Informou que a Mesa recebeu dois documentos do BE, em relação ao voto de saudação  
196 fez uma sugestão ao proponente caso o aceite, que o voto de saudação fosse subscrito por todos  
197 os membros da Assembleia de Freguesia, que era uma causa de todos o combate à violência contra  
198 as mulheres, e a este voto de saudação fosse acompanhado com um minuto de silêncio. Deu a  
199 palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

200 **Paulo Ribeiro** Começava por dizer que a questão era sempre a mesma, que era o que a Sra.  
201 Presidente da Junta considerava o que era da Junta e o que era da CML, porque se fossem ver o  
202 que era da Junta e o que era da CML, isso só se aplicava na área de residência das outras pessoas,  
203 isto porque perguntava se contactar polícias para ir atrás dos dejetos dos cães era uma competência  
204 da Junta de Freguesia, mas como não era, o jardim era da área de residência da Sra. Presidente da  
205 Junta e como a própria queria o jardim impecável, pôs um polícia para andar atrás das pessoas  
206 para que os seus cães não deixassem dejetos no jardim, e isso não era uma competência da Junta,  
207 mas quando se tratava de outras zonas, a Sra. Presidente da Junta dizia que não era nada com a  
208 Junta, que aquilo estava numa encosta, que ninguém mandou comprar uma casa naquela zona,  
209 porque se calhar não tinha dinheiro para comprar casa na zona da Sra. Presidente da Junta e que  
210 o mal era da pessoa que fazia a queixa e não da Sra. Presidente da Junta, infelizmente a senhora  
211 comprou uma casa na Quinta das Lavadeiras, onde estava numa encosta e a culpa era da senhora  
212 e de mais ninguém, então não faziam nada e deixavam aquilo cair, no entanto haviam pequenas  
213 coisas que tinham que ser feitas, como arranjar aquelas escadas da mesma maneira como a Sra.  
214 Presidente da Junta arranhou as da Rua Eng. Quartin Graça, pedir à CML para pôr o candeeiro a  
215 funcionar, que sabia qual era, sabia que não era competência da Junta mas interrogava se era  
216 competência da Junta contactar polícias para ir atrás dos donos dos cães, por isso queria que se  
217 esclarecesse de uma vez por todas o que é que era da competência da Junta ou o que era  
218 competência da CML ou o que era da competência dos privados, porque independentemente da  
219 zona, a atuação não tem sido a mesma e era isso que queria que fosse respondido, isto porque  
220 sistematicamente estavam a livrar-se das responsabilidades, a Sra. Presidente da Junta até disse

221 que iam pôr pilaretes e arranjar os passeios e gostaria de confirmar se isso foi feito, mas na zona  
222 de Santa Clara a CML estava a fazer uma obra de mais de 500 mil euros, aliado a isso estava-se  
223 a fazer mais uma obra na Rua Jorge de Sena de mais de 80 mil euros, patrocinado pela Junta de  
224 Freguesia, abateram-se árvores, mesmo havendo um regulamento sobre o arvoredado de Lisboa,  
225 fazia-se tudo o que se podia fazer em Santa Clara que não era da competência da junta mas nas  
226 outras áreas de atuação da Freguesia, não se podia, era isso que o próprio gostava que fosse  
227 esclarecido se a freguesia de Santa Clara era apenas na zona de Santa Clara, porque infelizmente  
228 nem toda a gente tinha dinheiro para comprar uma casa aí, com uma piscina no terraço e por isso  
229 estavam abandonados e entregues à sua sorte.

230 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

231 **Ricardo Duarte** ...inaudível de 0:34:50 a 0:43:20.

232 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

233 **Bruno Rolo** Em relação a intervenção do público, não intendia porque é que sistematicamente, o  
234 Centro de Atletismo das Galinheiras vem Assembleia de Freguesia com vários representantes,  
235 ocupam o espaço, fazem a intervenção e de seguida vão embora, não ouvem as intervenções das  
236 bancadas as quais vieram apresentar os seus problemas que na verdade nem sequer apresentaram  
237 problemas, vieram apresentar congratulações, na ultima Assembleia ocorreu a mesma situação e  
238 a Mesa da Assembleia não teve a preocupação de informar que a seguir a intervenção do público  
239 iria haver intervenção das bancadas, eles tinham o direito de ir embora a sua duvida era se eles  
240 sabiam que a seguir iria haver intervenção das bancadas, tinha questões a apresentar mas enquanto  
241 o Centro de Atletismo não estivesse presente não as faria. O executivo está saturado da repetição  
242 das preocupações levantadas pelos moradores, mas enquanto os problemas não estiverem  
243 resolvidos as pessoas continuam a ir Assembleia, a melhor maneira de impedir o incómodo das  
244 pessoas irem ali é resolverem os problemas e se não resolverem de modo próprio arranjam alguém  
245 que os resolva, têm é que resolver.. inaudível 0:46:20 a 0:54:50

246 **Presidente da Assembleia** Em relação ao voto de saudação o PSD iria voltar favoravelmente e  
247 em relação a recomendação trata-se de matéria do Executivo e solicitava a Sra. Presidente que  
248 fizesse um esclarecimento adicional para poderem tomar uma posição mais adequada.

249 **Presidente da Junta** Efetivamente as funções da Junta e da Camara são diferente, tal como estão  
250 definidas por lei, e não compete a Junta de Freguesia alterar aquilo que são as competências de  
251 cada um dos órgãos compete, apenas a Junta de Freguesia a competência de alertar, pensionar,  
252 persuadir, já falaram várias vezes a cerca da quinta das lavadeiras, e que as pessoas vão pressionar  
253 o Executivo por aquilo que não fez, mas este Executivo foi o único que conseguiu o autocarro na  
254 quinta das lavadeiras, foram la varias pessoas incluído o Sr. Vereador da mobilidade Miguel  
255 Gaspar e todos os seus colaboradores que intenderam os argumentos que a própria insistentemente  
256 lhe apresentou em prol de retirar aquela bairro do isolamento a que estava votal e nesse sentido  
257 introduziram um melhoraria significativa na qualidade de vida dos seus habitantes. O projeto  
258 “uma praça em cada bairro” é a CML que escolhe o bairro em cada Freguesia, e as Juntas de  
259 Freguesia foi-lhes pedido que processem um local de considerassem adaptado, a Junta de  
260 Freguesia de Santa Clara propôs o Largo do Ministro e o Dr. Fernando Medina achou que não e  
261 entendeu pela zona que está em equação, a Quinta das Lavadeiras não foi de facto referida, porque  
262 não um lugar para ter uma praça, mas está a ser construída uma praça no Largo do Ministro e tem  
263 muito gosto nisso, já se começa a ver o traçado da praça. Quando a seleção de pessoas para irem  
264 Assembleia tinham estabelecido um máximo de dez pessoas, a Sra. Presidente da Assembleia de  
265 Freguesia tal como todos os Presidentes pedem a Junta de Freguesia um apoio para realização dos  
266 seus trabalhos, inclusivamente na elaboração das atas, quando se trata de inscrever pessoas  
267 também não a Sra. Presidente que fica a inscrever pessoas, pede apoio aos Serviços  
268 Administrativos da Junta para inscrever as pessoas, foi estabelecido que seriam as dez primeiras  
269 e sobre isto não tinha mais nada a dizer por que não sabia quem ali vinha. Sobre a recomendação  
270 apresentada sobre a contratação pública, há um parecer jurídico ali presente e a Junta de Freguesia  
271 funciona na legalidade porque tem juristas contratados para orientarem a Junta no seu  
272 funcionamento, neste sentido a Junta de Freguesia tem sempre cumprido aquilo que esta  
273 legalmente estipulado, se algum elemento da Assembleia ou público presente em algum momento  
274 se apercebesse que a Junta de Freguesia não estava a cumprir a legislação conforme lhe compete  
275 e o quiserem transmitir agradeciam, porque a vontade da Junta de Freguesia é estar dentro da lei

276 a contratação pública regeu-se pela Portaria 57/2018 de 26 fevereiro, alterada pela Portaria  
277 284/2019 de 2 setembro até 9 dezembro 2020 e até esta data o que estava disciplinado para o  
278 funcionamento da contratação pública era esta lei e a suas recente alterações e até ai o que era  
279 exigido era que os contratos resultantes de procedimentos de consulta previa implicavam o  
280 preenchimento de dois blocos de dados, um bloco de dados reportava-se a criação do  
281 procedimento do qual contava o que era questionado e outras matérias, o numero de entidades  
282 convidadas não a identificação mas o numero dependendo do montante em apreso, no bloco dois  
283 constava um relatório de formatação do contrato, a possibilidade de efetivar as publicações esta  
284 sempre condicionada ao preenchimento devido e sequencial dos dados requeridos, ou seja, o  
285 portal base de dados existente exigia o preenchimento de determinados dados e se esses dados  
286 não fossem preenchidos pela sequencia obrigatória o próprio sistema não deixava continuar, era  
287 um exigência do sistema, se não indicavam o nome das entidade contratadas é porque o sistema  
288 não obrigava a isso, obrigava a indicar o numero de entidade contratadas a legislação foi alterada  
289 a 9 de dezembro, dois dias antes da realização da Assembleia e a Junta já estava atuar de acordo  
290 com a legislação em vigor por caso não estivessem o próprio portal não permitiria preenche-lo, a  
291 9 de dezembro foram alterados os procedimentos da consulta previa tramitados por email,  
292 verificando-se a necessidade de preenchimento de dois novos blocos de dados, condição  
293 indispensável para que se consiga aceder ao terceiro bloco identificado como relatório de  
294 formação de contrato que não existia na situação anterior, mesmo perante estas condições não  
295 serão publicados porque não são exigidos por lei nem condição imposta pelo portal base de  
296 encargos e as propostas dos concorrentes preferidos por esta informação designadamente a data  
297 da obrigação o preenchimento das fichas referidas, validada por email no portal base datado 10  
298 de dezembro de 2020, a Junta de Freguesia está a cumprir perentoriamente aquilo que é exigido  
299 por lei tal como antes 9 de dezembro de 2020 nos moldes que a lei exigia, por tanto a  
300 recomendação não é necessária para alterar o que quer que seja porque a Junta esta a funcionar  
301 de acordo com a lei. A recomendação também refere que a Junta de Freguesia não esta a cumprir  
302 a lei nem a selar pela segurança dos trabalhadores não os pondo em teletrabalho, a Junta tem  
303 vários trabalhadores afetos ao espaço publico impossibilitando-os estarem em teletrabalho, esta  
304 modalidade é incompatível com a função, a lei não obriga ao teletrabalho diz que deve estar em  
305 teletrabalho sempre que possível e que não seja necessário no local de trabalho, se a inconstâncias  
306 excecionais Junta de Freguesia com todas a intervenções que tem feito nos espaços pertencentes  
307 a Junta considera que tem ótimas condições para os trabalhadores estarem nos seus locais de  
308 trabalho em perfeita segurança, por outro lado sempre por qualquer motivo as pessoas precisam  
309 de ficar em casa ou por encerramento de creches, ou motivo assistencial a família, sempre  
310 aconteceu, no caso da piscina que encerrou pelas força das circunstancias alguns dos  
311 trabalhadores da piscina ficaram teletrabalho outros trabalhados ficaram a dar apoio ao Serviço  
312 Social por que a população necessitava como por exemplo na entrega de refeições assim como  
313 outros trabalhadores da Junta andaram, como os dos eventos, da areia social, onde estes andaram  
314 sempre, os trabalhadores da piscina vieram dar apoio por que também lhes compete quando é  
315 necessário, além disso também não têm a ideia que o pais deva parar no entanto a que ter duas  
316 grandes preocupações em primeiro lugar com a saúde publica, devem criar-se todas as condições  
317 para que isso aconteça mas também devem criar-se todas as condições para que o pais não pare,  
318 porque se não forem criadas condições nesse sentido vai ser paga uma fatura demasiado pesada  
319 no futuro, a não ser quem queira uma politica da terra queimada porque já viu muita gente ao  
320 longo de muitos anos só defender a politica da terra queimada do quanto pior melhor, mas nunca  
321 viu bons resultados desta politica e como não a devolga está postura a sua grande preocupação é  
322 com a sua saúde publica e ao mesmo tempo não parar o pais.

323 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Gonçalo Fonseca.

324 **Gonçalo Fonseca** Pretendia fazer um reparo a Sra. Presidente em relação ao autocarro da Quinta  
325 das Lavadeiras, era funcionário da carris e sabia como é que funcionou todo o processo e não foi  
326 a Junta de Freguesia que conseguiu que o autocarro fosse até aquela zona, a carris quando passou  
327 para alçada da CML o Sr. Vereado da mobilidade delineou a introdução de carreiras de bairro e a  
328 Freguesia de Santa Clara era uma das contempladas, inclusive fez parte do processo para ver onde  
329 é que o autocarro ia passar, a única coisa que ficou em questão foi o tipo de veiculo que era  
330 necessário para fazer o percurso da carreira, a carris pediu a colaboração a Junta de Freguesia



331 para poder executar o percurso e saber por onde o autocarro poderia passar, tanto que esse veículo  
332 faz o percurso nem tinham essa tipologia de veículo, foi adquirido através de outra estação em  
333 que solicitaram quatro veículos para executarem o serviço intendia que a Sra. Presidente quisesse  
334 ter os louvores de terem o autocarro, mas não foi a Sra. Presidente.

335 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra a Sra. Presidente.

336 **Presidente da Junta** O que o Sr. Gonçalo Fonseca disse era rigorosamente falso por que a própria  
337 e a CML identificaram aquela necessidade, solicitou expressamente ao Sr. Vereador Miguel  
338 Gaspar e justificou com todos os motivos dessa necessidade, e ainda até antes disso ouviu um  
339 grupo de trabalho do qual o Sr. Gonçalo Fonseca não fazia parte, estava ali presente o Sr. Moreira  
340 da Fonte que sabia muito bem que tinham um grupo de trabalho no hábito da rede social que  
341 identificou essa necessidade há muito tempo e fizeram inclusivamente um percurso afim de  
342 entender a necessidade de passagem de transportes públicos na Freguesia, nesse grupo de trabalho  
343 participaram varias forças politicas, varias organizações e instituições, foi este grupo de trabalho  
344 que criou as condições para identificarem as necessidades e teve resultado também devido a sua  
345 relação e a forma como colocou as questões em nome do grupo que identificou os problemas ao  
346 Sr. Vereador Miguel Gaspar e a sua equipa que acharam pertinente.

347 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo César Ribeiro.

348 **Paulo Ribeiro** A Sra. Presidente conseguiu por que entretanto a carris passou para CML,  
349 enquanto a carris foi do governo ninguém lhe ligou. Pretendia saber qual era o plano de pandemia  
350 que tinha para a Freguesia, os funcionários da Higiene Urbana continuam todos a fazer o horário  
351 das 7 horas às 14 horas, qual foi a medida tomada para os separar? Houve casos de covid nos  
352 funcionários e os outros não foram testados, foram mandados para casa 14 dias e vieram trabalhar  
353 outra vez sem saberem se tinham sido infetados. Em relação ao portal das contratações a Sra.  
354 Presidente disse que se não reunisse os requisitos não deixava passar, o que o Sr. Ricardo Duarte  
355 se referiu foram aos anexos não em relação ao preenchimento dos dados, mas os anexos podem  
356 até ser folhas em branco, o computador não vai reconhecer se está lá o caderno de encargos ou o  
357 contrato, por isso é um falsa questão, estar lá o caderno de encargos e os contratos com as  
358 entidades era uma questão de transparência. Em relação a uma praça em cada bairro é outra falsa  
359 questão porque a CML não obrigou cada Freguesia a fazer uma praça em cada bairro a CML pode  
360 propor e a Junta podia dizer que as Galinheiras por exemplo era mais prioritário ou a rua Eng.  
361 Quartin Graça, neste contexto ninguém obriga nada a ninguém, se disseram sim a tua para  
362 justificar que a CML é que manda, mas a CML não manda propõe, não é como a Sra. Presidente  
363 que manda não propõe.

364 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

365 **Ricardo Duarte** O PSD decidiu pedir esclarecimento a Sra. Presidente e o Executivo e a Mesa  
366 deveriam ter dado essa nota acerca das coisas que são discutidas terem sido distribuídas por todos  
367 os membros, esse tal parecer jurídico deveria ter sido distribuído para todo uma vez que era  
368 relevante para esta votação. Em relação a recomendação não apontava nenhuma legalidade mas  
369 havia diferenças significativas entre legalidade, legitimidade e transparência, no parecer uma das  
370 coisas que tem que estar explicita é o número de entidades consultadas e não estava, até daquilo  
371 que o parecer jurídico disse que tinha de estar, não está e tal com salientou o Sr. Bruno Rolo não  
372 era por acaso que a ROC apontou essas lacunas, não se tratava de uma questão de legalidade mas  
373 sim de transparência, como pretendem ser transparentes se adjudicarem a uma empresa x se não  
374 sabem quais foram as outras empresa que foram consultadas, não intendia qual era o interesse do  
375 Executivo não terem estes dados publicados e dai proponha que o PSD propusesse ao Executivo  
376 que pusesse toda a informação necessária por uma questão de transparência que era isso que  
377 estava escrito, não estava ali alegada nenhuma ilegalidade a transparência não era garantida não  
378 estando lá essas informações nesse sentido não intendia o que podia levar as bancadas o PS e PSD  
379 a não aprovar esta recomendação no seus entender todos pugnavam pela transparência no uso de  
380 dinheiros públicos. Apoio administrativo não é tomada de decisão e mesmo que a Junta de  
381 Freguesia faça apoio administrativo quem tem a tomada de decisão é a Mesa da Assembleia, a  
382 questão já tinha sido colocada na última Assembleia e ainda não tinha obtido uma resposta.

383 **Presidente da Assembleia** Em nome do PSD pediram esclarecimento a Sra. Presidente porque  
384 esta recomendação dizia respeito ao Executivo, esse esclarecimento adicional foi bem claro a Sra.  
385 Presidente estava munida de um parecer jurídico muito bem elaborado, sabiam muito bem que o

386 Executivo estava a cumprir as normas legais exigidas, o documento apresentado achavam-no  
387 improcedente, inclusive proponham que fosse retirado pelo proponente, caso não aceitasse o PSD  
388 votaria contra esta recomendação. Deu palavra a Sra. Presidente.

389 **Presidente da Junta** Uma lei de foi alterada a 9 de dezembro Sr. Ricardo Duarte fala em  
390 transparência, a lei anterior não obrigava a divulgar quem eram as entidades, já tinha um parecer  
391 jurídico sobre este assunto e podiam não tê-lo, mas tem-no, estavam-se a queixar que não  
392 receberam o parecer mas terem um parecer jurídico dois dias após a lei sair não dava tempo de  
393 entregar logo a quem de direito, para isso é preciso que a nova lei seja estudada, interpretada e  
394 seja transformada num parecer para poder ser divulgado, tudo isso implica muito esforço,  
395 solicitou que fosse dada a palavra a Dra. Manuela para dar os esclarecimentos.

396 **Presidente da Assembleia** A Sra. Presidente ira fornecer uma cópia do parecer e a Dra. Manuela  
397 explicara sucintamente aos membros da Assembleia e em seguida colocará os documentos à  
398 votação. Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

399 **Bruno Rolo** Pretendia saber se o Sr. Presidente da Mesa tinha feito chegar os documentos ao  
400 Executivo, por que não via em qualquer parte da recomendação menção a nova lei que tinha  
401 entrado em vigor a dois dias, o que via na primeira linha era: “de acordo com a Portaria 57” e a  
402 preposta que foi apresentada não alegava a nova lei a questão era que, estavam a falar de um  
403 parecer sobre algo que ninguém falou, estavam a referir-se a um relatório da ROC que disseram  
404 que haviam lacunas, que haviam declarações tardias, declarações que não eram feitas e quando  
405 eram feitas eram feitas tardiamente ao abrigo da lei 57/2018, pretendia saber se a Junta teve acesso  
406 ao documento e o leu.

407 **Presidente da Assembleia** Deu palavra a Sra. Presidente da Junta.

408 **Presidente da Junta** No documento diz que de acordo com a portaria 57/2018 de 26 de fevereiro  
409 a que estava em vigor antes de 9 de dezembro que se verificam atualmente lacunas de informação  
410 no referido Portal, nomeadamente no procedimentos por consulta previa onde não consta nem o  
411 caderno de encargos, nem as propostas dos consultados preteridos, nem tão pouco a indicação das  
412 entidades consultadas, esta lei não obrigava a isto e os membros da Assembleia diziam que a Junta  
413 não estava a ser transparente podiam arranjar vários considerandos mas a Junta regia-se pela ética  
414 e pela lei.

415 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo César Ribeiro.

416 **Paulo Ribeiro** A Sra. Presidente diz que tem pareceres mas nunca as mostra, iam votar um  
417 contrato de delegação de competências mas não as mostra só aparece depois na Assembleia,  
418 informou que ia sair as 23 horas para cumprir a lei do confinamento apesar de haver uma lei que  
419 os permite estar ali após esse horário.

420 **Presidente da Assembleia** Submeteu a votação o voto de pesar “dia internacional da eliminação  
421 da violência contra as mulheres” apresentado pelo BE o qual foi aprovado por unanimidade.  
422 Submeteu a votação a recomendação “contratação pública transparente” apresentada pelo BE por  
423 tanto a qual foi rejeitada com sete votos contra; cinco do PS e dois do PSD, e seis votos a favor;  
424 dois do PCP dois dos CSC um do BE e um do CDS. Deu a palavra ao Sr. Paulo César Ribeiro  
425 para declaração de voto.

426 **Paulo Ribeiro** Foi constatado que o PS e o PSD não querem transparência não sabia o que  
427 tinham a esconder.

428 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

429 **Ricardo Duarte** Pretendia agradecer e valorizar o voto unanime em relação a uma questão  
430 importante como o dia internacional para a eliminação da violência contra as mulheres, e em  
431 relação a recomendação pretendiam deixar bem claro que o PS e o PSD não queriam que fosse  
432 público a forma como é gerida os dinheiros públicos, não havia nenhuma acusação de ilegalidade  
433 era uma questão de transparência neste facto o PS e o PSD fazem um mau serviço a democracia  
434 Portuguesa.

435 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra a Sra. Maria Fernanda Simões

436 **Fernanda Simões** Estavam a falar de duas coisas diferentes por um lado a transparência e por  
437 outro lado a legalidade obviamente que não votaram contra estavam contra a falta de transparência  
438 mas a favor da legalidade uma vez que os procedimentos estão de acordo com aquilo que é legal  
439 concordavam que não era necessário haver uma recomendação nesse sentido porque a lei preserva

440 a transparência a Sra. Presidente diz que vai cumprir a lei que foi alterada isso é suficiente daí a  
441 tomada de posição em relação a recomendação.

442 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo

443 **Bruno Rolo** O PSP pretendia deixar claro que as recomendações que sejam feitas que sejam  
444 apresentadas ao Executivo que tenham a ver com estas matérias vão ser sempre aprovadas pelo  
445 PCP, independentemente do Executivo aceitar ou não a recomendação, por que não é obrigada  
446 aceita-la mas o que estavam ali a falar era uma questão de princípio e o princípio era que o  
447 Executivo deveria ter essa preocupação, mesmo que não seja obrigado e a outras bancadas que  
448 intendem o contrario que desde que não sejam obrigado não deve ter essa preocupação e o voto  
449 do PSP era favorável a recomendação e o Executivo pode ou não assumir.

450 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto um da ordem do dia Discussão e votação da ata  
451 número 23 da Assembleia; a qual foi aprovada por maioria com dez votos a favor: cinco PS, duas  
452 PSD, um CSC, um BE, dois PCP e duas abstenções: um CSC e um CDS. Ficaram convocados  
453 os membros para a reunião de continuação desta sessão para o dia 18 às 20:30 horas. Encerrou a  
454 sessão.

455 Para que conste, foi por mim elaborada a presente acta, na qualidade de Primeiro Secretário da  
456 Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Clara e, para sua inteira fé e validade, depois de lida  
457 e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e respectivos Secretários:

458 O Presidente da Mesa: 

459 O Primeiro Secretário: 

460 O Segundo Secretário:   
Cruz Alves Ferreira

